



Ata n.º 14/2026

Reunião de Câmara realizada em 6 de julho de 2026

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila da Lousã, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu o Executivo Camarário, com a presença da Senhora Vice-Presidente, Ana Paula Dias Neves Sançana e dos Senhores Vereadores Luís Filipe Sousa Santa, Cristina Maria Fernandes Silva, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia. -----

Pelas dez horas, a Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1. Faltas -----

1.2. Intervenção da Sr.ª Vice-Presidente da Câmara Municipal -----

1.3. Intervenção dos vereadores -----

2.PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

2.1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 04/05/2026 E 18/05/2026; -----

2.2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

2.2.1. Proposta de início de procedimento de contratação de empréstimo a médio e longo prazos no montante de 500.000,00 € para financiar a aquisição de imóvel destinado a instalações multiusos do Município; -----

2.2.2. Proposta de aceitação do donativo da Senhora Suzana Maria Fernandes Redondo destinado a apoiar o Corpo de Bombeiros Municipais; -----

2.2.3 Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente relativamente à abertura do procedimento concursal n.º 04/26 - Prestação de Serviços nas Piscinas Municipais da Lousã e Atividades Desportivas Municipais, pelo período de 12 meses;

2.3. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE-----

2.3.1. Proposta de atribuição de Apoio Financeiro à ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã no montante de 1.000,00 € destinado à realização das Colónias de Férias de Verão do ano de 2026; -----

2.3.2. Proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 237238683; -----

2.3.3. Proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 176602771; -----

2.3.4. Proposta de apoio financeiro no montante de 2.750,00 € à Louzanimales – Associação pelos Animais da Lousã no âmbito da Minuta de Protocolo de Colaboração; -----

2.3.5. Proposta de atribuição de um apoio financeiro de 6.000,00 € ao Lousã Volley Clube, destinado a apoiar a realização do Torneio XXV Summer Cup 2026; -----

2.3.6. Voto de Reconhecimento a Ana Moraes; -----

2.3.7. Voto de Reconhecimento aos atletas Guilherme Dias e Maria Inês Cortês da Secção de Judo do Montanha Clube; -----

2.3.8. Proposta de designação da Técnica Superior Susana Raquel Tomás da Silva como Coordenadora Técnica do CLDS 5G Lousã — Operação “Lousã + Social” — PESSOAS-FSE+ -01563900; -----

2.4. FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL -----

2.4.1. Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP 2.0) DA Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP2.0) da Lousã -----

APROVAÇÕES EM MINUTA -----

2.PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2.1 – Faltas -----

Não estiveram presentes o Sr. Presidente Vítor Carvalho e o Sr. Vereador Domingos Lopes que justificaram as faltas. -----

2.2. Intervenção da Sr.ª Vice-Presidente da Câmara Municipal. -----

A Senhora Vice-Presidente informou que, na sequência da onda de calor e das orientações emitidas pela Direção-Geral da Saúde e pelo Governo, realizou-se uma reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, na qual o Senhor Presidente da Câmara participou por via remota, acompanhando permanentemente a evolução da situação. Na referida reunião foi deliberada a ativação de um ponto de acolhimento temporário no Auditório da Biblioteca Municipal, o qual esteve disponível entre as

10h00 de sexta-feira e as 20h00 de segunda-feira. Referiu que, de acordo com a informação prestada pela Coordenadora do dispositivo, Dra. Sara Antunes, a quem dirigiu um agradecimento pela disponibilidade, prontidão e dedicação demonstradas, a afluência ao espaço foi reduzida. As pessoas que permaneceram na biblioteca foram essencialmente utilizadores habituais daquele equipamento. Salientou que, apesar da reduzida utilização, esta iniciativa constituiu um importante teste à capacidade de organização e de resposta do Município, tendo o mesmo decorrido de forma positiva. Informou ainda que os Serviços de Ação Social procederam ao levantamento e acompanhamento das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, em articulação com as instituições locais. Acrescentou que a GNR, através da Cabo Rita, efetuou igualmente contactos com alguns dos munícipes sinalizados. Relativamente aos Bombeiros Municipais da Lousã, referiu que não se registou qualquer ocorrência fora da normalidade. Informou, contudo, que, face aos incêndios ocorridos em concelhos vizinhos, foi reforçada a prontidão operacional. Nesse contexto, encontravam-se disponíveis três equipas de combate a incêndios no Quartel dos Bombeiros Municipais, tendo o Senhor Comandante informado que, nos últimos cinco dias, o efetivo operacional foi reforçado, mantendo entre 17 e 20 elementos diariamente. Acrescentou ainda que, naquela data, se encontrava em pré-posicionamento uma brigada constituída por elementos dos Bombeiros Municipais da Lousã e de Condeixa, no âmbito do dispositivo da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Informou igualmente que os Senhores Presidentes de Junta manifestaram total disponibilidade para caso se verificasse necessidade, replicar nas respetivas freguesias pontos de acolhimento temporário, funcionando a Biblioteca Municipal como ponto central de coordenação. Referiu que, felizmente, não foi necessário ativar essa resposta descentralizada, não tendo sido registados pedidos ou ocorrências que o justificassem. Todos os pedidos seriam, em qualquer caso, centralizados através dos Bombeiros Municipais. Relativamente à Metro Mondego, informou que esta reforçou os meios disponíveis durante o período de maior risco, procedendo à avaliação dos impactos da onda de calor, à monitorização de riscos associados ao aquecimento de equipamentos e instalações elétricas, bem como ao reforço da gestão dos recursos humanos. Destacou ainda a resolução de uma situação há muito identificada, referente ao posto de abastecimento de água da

Senhora da Graça, concretizada graças à colaboração da Junta de Freguesia de Serpins, sublinhando a importância estratégica daquele ponto para as operações de combate a incêndios. Por último, informou que o Governo ainda não havia comunicado a eventual prorrogação da situação de alerta. Atendendo à previsão de descida das temperaturas, o Município aguardaria novas orientações para decidir sobre a manutenção ou levantamento das medidas implementadas. Acrescentou que, no âmbito da prevenção, foi desenvolvida uma campanha de sensibilização através das redes sociais, tendo sido igualmente reforçada a sinalização das restrições de acesso às zonas florestais e das interdições em vigor. -----

2.3. Intervenção dos Vereadores -----

A Sr.ª Vereadora Cristina Silva informou que foi eleito Diretor do Agrupamento de Escolas da Lousã o Professor Pedro Balhau, na reunião do Conselho Geral realizada no dia 22 de junho, tendo sido eleito por unanimidade dos presentes. Informou ainda que está lançado o concurso para o serviço das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), para o próximo ano letivo, tendo sido efetuados diversos ajustes ao respetivo caderno de encargos. Referiu igualmente que se encontra em fase de conclusão a preparação dos procedimentos concursais para as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), de acordo com as valências aprovadas pelo Conselho Geral, bem como para os serviços de refeitórios escolares, de forma a garantir o seu funcionamento no início do próximo ano letivo. Relativamente às AEC, informou que as festas decorreram durante o mês de junho, em datas ajustadas devido ao alerta de calor, integrando a temática "Festa das Quinas" e a celebração do Dia do Brincar, no âmbito dos princípios das Cidades Educadoras. Acrescentou que, no dia 26 de junho, decorreu no Pavilhão da Escola Básica n.º 2 a apresentação da peça de teatro destinada a alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo previamente inscritos. Na área da Juventude, informou que teve lugar, no dia 25 de junho, a primeira reunião do Conselho Municipal de Juventude, que registou uma elevada participação de jovens e das entidades representadas, tendo sido efetuada uma primeira análise ao Plano Municipal de Juventude. Por último, associou-se ao reconhecimento já manifestado relativamente ao empenho dos serviços municipais durante a onda de calor, destacando o trabalho desenvolvido pela Dra. Sara Antunes, dos Serviços de Ação Social, na implementação das medidas de apoio à população

mais vulnerável. Referiu que, foram efetuados contactos com os beneficiários do Cartão Municipal Sénior, em articulação com o programa CLDS 5G e com a Guarda Nacional Republicana, de forma a acompanhar e prestar apoio aos idosos identificados como mais vulneráveis. -----

Sr. Vereador António Marçal referiu-se, em primeiro lugar, às declarações públicas do Senhor Presidente da Câmara sobre a cobertura de médico de família no concelho, considerando que as mesmas não correspondem à informação constante dos relatórios oficiais. Salientou que todos desejam que exista cobertura total, mas defendeu que é importante conhecer a realidade efetiva do acesso aos cuidados de saúde. Nesse sentido, solicitou que o Município peça formalmente à Unidade Local de Saúde de Coimbra informação discriminada sobre o número de utentes inscritos, utentes com médico de família atribuído, utentes sem médico por opção, utentes sem médico por falta de resposta, tempos médios de espera para consulta e capacidade de resposta do Centro de Saúde. Ainda sobre esta matéria, questionou se, durante o período de alerta devido à onda de calor, o Centro de Saúde assegurou atendimento ao sábado e domingo ou se existiu algum reforço assistencial extraordinário, considerando essencial garantir uma resposta de proximidade em situações de maior risco. De seguida, propôs que passe a ser apresentada regularmente ao Executivo uma informação financeira sintética, que permita acompanhar de forma clara a situação financeira do Município. Recordou igualmente que, na última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente referiu que os estudos relativos à requalificação da Av. D. Afonso Henriques estavam disponíveis, pelo que solicitou acesso aos respetivos documentos. Relativamente à preparação para a época de incêndios, manifestou preocupação com a necessidade de intervir preventivamente nos cursos de água e zonas críticas do concelho. Questionou se foi efetuado o levantamento das situações prioritárias, quais as intervenções previstas antes do período crítico, se as Juntas de Freguesia identificaram locais de risco e qual a articulação existente com a Agência Portuguesa do Ambiente, a CCDR Centro e as restantes entidades competentes. Perguntou ainda se foram apresentadas candidaturas a financiamento destinadas à reabilitação de linhas de água e à mitigação dos riscos associados. Por último, solicitou informação sobre o ponto de situação dos prejuízos provocados pelos temporais, questionando quantos pedidos

de apoio foram apresentados pelos particulares, quantos já foram encaminhados, quantos permanecem pendentes, quais os apoios técnicos prestados pelo Município, que informação foi remetida à CCDDR Centro e ao Governo e qual o estado das candidaturas a financiamento para reparação dos danos, salientando que o atraso nas intervenções poderá agravar os custos que, em última análise, poderão recair sobre o orçamento municipal. -----

A Sr.ª Vereadora Helena Correia começou por colocar algumas questões que considerou relevantes para a atividade municipal e para o exercício informado e consciente do mandato dos eleitos locais. Questionou a demora na disponibilização da informação sobre os procedimentos concursais abertos durante o atual mandato, solicitada desde 30 de abril, apesar de ter sido informado de que os elementos já se encontravam disponíveis. Sobre o saneamento da Rua Eng.º Duarte Pacheco, solicitou informação sobre o ponto de situação da empreitada, nomeadamente se o procedimento já foi lançado, as razões de eventual atraso e a previsão para o seu desenvolvimento. Questionou o estado de conservação e acessibilidade dos tanques de apoio ao combate a incêndios rurais, dando como exemplo o tanque de Cova do Lobo. Questionou ainda a existência de medidas para garantir soluções de energia de emergência junto das juntas de freguesia, IPSS e coletividades, bem como a possibilidade de o Município aderir à iniciativa europeia Plataforma de Aconselhamento sobre Energia Cidadã, através da realização de Painéis de Energia Cidadã. Em relação às Festas de São João: solicitou informação sobre o custo final da edição de 2026, discriminado por diferentes tipologias de despesa, bem como sobre as receitas provenientes de patrocínios, apoios, concessões e outras fontes, defendendo maior transparência na avaliação dos custos e benefícios do evento. Por fim solicitou esclarecimentos sobre o funcionamento do Parque de Biomassa de Foz de Arouce, nomeadamente condições de acesso, resíduos admissíveis, horários e procedimentos de tratamento e valorização dos materiais, salientando a sua importância na prevenção de incêndios e na gestão de combustíveis florestais. ---

A Sr.ª Vice-Presidente relativamente ao pedido de informação sobre os procedimentos concursais, esclareceu não conseguir indicar a razão pela qual os elementos ainda não foram disponibilizados, comprometendo-se, contudo, a averiguar a situação junto dos serviços. Acrescentou que os procedimentos

decorreram dentro da normalidade, pelo que a informação será facultada oportunamente. -----

O Sr. Vereador Luís Santa no que respeita à empreitada de saneamento da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, informou que se encontram em fase de conclusão os procedimentos administrativos necessários ao início da obra, prevendo-se que a mesmo arranque em breve. No que respeita à preparação para a época de incêndios, informou que o Município está a proceder à revisão e reforço das infraestruturas de apoio ao combate a incêndios, nomeadamente tanques, bocas de incêndio e pontos de abastecimento de água. Referiu que os tanques já se encontram cheios e que está a ser executada uma nova conduta de alimentação em Framilo, tendo igualmente sido criado um ponto de abastecimento na Senhora da Graça, em parceria com a Junta de Freguesia de Serpins. Acrescentou que estão previstas intervenções no tanque em Foz de Arouce e em novos pontos estratégicos, incluindo a instalação de depósitos pré-fabricados no âmbito de candidaturas a financiamento, em conjunto com o município de Miranda do Corvo no lugar do Padrão. Relativamente à resiliência energética, reconheceu a importância da matéria e referiu que os recentes episódios de falhas de energia permitiram identificar diversas fragilidades em entidades essenciais, designadamente ao nível da inexistência de geradores de emergência. Informou que o Município está a avaliar soluções para colmatar essas necessidades, tendo já alertado as entidades competentes para essa realidade. Quanto à Av. D. Afonso Henriques, esclareceu que não existe um projeto feito estando o Município a trabalhar com base no enquadramento anteriormente definido para aquele espaço, procurando adaptar essa solução às atuais necessidades e condições. -----

A Sr.ª Vice-Presidente informou que as contas da Feira Anual de São João ainda não se encontram encerradas, uma vez que continuam a decorrer reuniões de balanço com as entidades participantes. Comprometeu-se a disponibilizar a informação detalhada sobre despesas e receitas logo que os valores estejam consolidados. Relativamente ao Parque de Biomassa, explicou que os resíduos serão encaminhados para valorização energética através de operador integrado no projeto Transforma, promovido pela CIM Região de Coimbra. Informou que o parque funciona de forma gratuita e permanece aberto, estando a ser estudadas medidas de controlo de acesso e videovigilância para prevenir deposições indevidas. Em

resposta às questões relacionadas com a saúde, informou que, segundo a informação prestada pela Unidade Local de Saúde, está previsto retomar progressivamente o atendimento ao fim de semana, iniciando-se com um dia de funcionamento por fim de semana, em regime de rotatividade entre o centro de Saúde da Lousã e o de Miranda do Corvo. Relativamente à sugestão de disponibilização de informação financeira sintética, manifestou abertura para analisar essa possibilidade. Quanto à preparação do território para situações de emergência, referiu que existe um levantamento das situações prioritárias e que os trabalhos de mitigação têm vindo a ser executados de forma faseada, de acordo com os recursos disponíveis, reconhecendo que subsistem ainda diversas intervenções por realizar. No que respeita às candidaturas relacionadas com os danos provocados pelas intempéries, informou que foram apresentadas 107 candidaturas, encontrando-se parte delas já analisadas pelos peritos externos contratados pela CCDR Centro, comprometendo-se a facultar informação mais detalhada por escrito sobre a respetiva calendarização e evolução. -----

O Sr. Vereador Luis Santa informou que continuam em curso diversas intervenções de limpeza e reabilitação de linhas de água e infraestruturas de proteção civil, nomeadamente nas zonas de Serpins, Senhora da Graça e Penedo, bem como outras ações destinadas a melhorar o abastecimento de água para consumo humano e para o combate a incêndios, estando igualmente em curso os procedimentos para financiamento e execução das restantes intervenções identificadas. -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

3.1. Colocadas à votação, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do Regime Jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou aprovar a atas das reuniões de Câmara realizadas a 04 e 18 de maio de 2026-----

2.2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS -----

2.2.1. Proposta de início de procedimento de contratação de empréstimo a médio e longo prazos no montante de 500.000,00 € para financiar a aquisição de imóvel destinado a instalações multiusos do Município; -----

O Sr. Vereador António Marçal referiu que tinha algumas reservas relativamente à proposta em apreciação. Salientou a finalidade do empréstimo, surge sem que tenha



sido previamente submetida qualquer proposta de aquisição do referido imóvel ou tomada uma decisão formal nesse sentido. Considerou tratar-se de duas decisões distintas: por um lado, a decisão de recorrer ao empréstimo e, por outro, a decisão de adquirir o imóvel. Entendeu que esta última deveria preceder, ou pelo menos ser apreciada em simultâneo, com a autorização da alteração do destino do financiamento. Acrescentou que o processo terá ainda de ser submetido à Assembleia Municipal, mas defendeu que faria mais sentido que, nessa fase, fosse igualmente apresentada a proposta de aquisição do imóvel, permitindo uma apreciação completa da operação. Embora reconhecendo que a aprovação do empréstimo possa constituir um ato preparatório, afirmou que a proposta transmite a ideia de um facto praticamente consumado, sem que os órgãos municipais tenham ainda deliberado sobre a aquisição do imóvel. Por esse motivo, e considerando que a decisão do empréstimo deveria ser antecedida por uma decisão formal de aquisição, informou que o seu grupo municipal votaria contra a proposta, por entender não ser adequado aprovar uma operação de empréstimo destinada à aquisição de um imóvel sem que essa intenção tenha sido previamente apreciada e deliberada pelos órgãos competentes. -----

A Sr.^a. Vice-Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de início de procedimento de contratação de empréstimo a médio e longo prazos no montante de 500.000,00 € para financiar a aquisição de imóvel destinado a instalações multiusos do Município. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com dois votos contra do PS, deliberou aprovar a proposta de início de procedimento de contratação de empréstimo a médio e longo prazos no montante de 500.000,00 € para financiar a aquisição de imóvel destinado a instalações multiusos do Município (Doc. 1 (seis)) –

2.2.2. Proposta de aceitação do donativo da Senhora Suzana Maria Fernandes Redondo destinado a apoiar o Corpo de Bombeiros Municipais; -----

O Sr. Vereador António Marçal considerou que a proposta deveria estar devidamente fundamentada, em especial quanto à urgência que justificou o despacho do Sr. Presidente, defendendo que fossem apresentados todos os elementos necessários à sua apreciação. Manifestou ainda preocupação com o rigor na instrução dos processos e na elaboração da ordem de trabalhos, entendendo que

deve ser assegurada maior transparência e respeito pelo papel deliberativo da Câmara Municipal. Apesar das reservas apresentadas, informou que votariam favoravelmente a proposta. -----

A Sr.ª. Vice-Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de aceitação do donativo da Senhora Suzana Maria Fernandes Redondo destinado a apoiar o Corpo de Bombeiros Municipais. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de aceitação do donativo da Senhora Suzana Maria Fernandes Redondo destinado a apoiar o Corpo de Bombeiros Municipais (Doc. 2 (dois)) -----

2.2.3 Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente relativamente à abertura do procedimento concursal n.º 04/26 – Prestação de Serviços nas Piscinas Municipais da Lousã e Atividades Desportivas Municipais, pelo período de 12 meses;

O Sr. Vereador António Marçal manifestou reservas relativamente à proposta de ratificação do despacho que autorizou a abertura do procedimento de concurso público internacional para a prestação de serviços nas Piscinas Municipais e atividades desportivas, considerando existirem diversas questões de natureza jurídica, procedimental e política que justificavam um maior esclarecimento. Referiu que, tratando-se de um contrato de duração plurianual, o valor global do procedimento deveria ser considerado para todos os efeitos legais, defendendo que o mesmo deveria igualmente ter sido submetido à autorização da Assembleia Municipal. Manifestou ainda dúvidas quanto à fundamentação do preço base, aos resultados da consulta preliminar ao mercado, à opção pelo critério do preço como único fator de adjudicação e à inexistência de outros critérios qualitativos que permitissem melhor avaliar as propostas. Questionou igualmente a opção pela contratação externa, entendendo que o Município deveria privilegiar, sempre que possível, a prestação destes serviços através de recursos próprios, por considerar que se trata de necessidades permanentes da autarquia. Acrescentou que seria importante existir uma avaliação prévia da execução do contrato anterior antes da sua renovação. Assinalou ainda algumas incongruências formais nas peças do procedimento, bem como dúvidas quanto à acumulação de funções entre o gestor do contrato e o presidente do júri, defendendo um maior rigor na elaboração dos documentos. Concluiu afirmando que o seu grupo não acompanhava a proposta, por

considerar que a contratação externa representa uma substituição de funções permanentes da Administração Local e que o procedimento deveria ter sido conduzido de forma diferente, anunciando, por esse motivo, o voto contra. -----

A Sr.^a Vice-Presidente esclareceu que muitas das questões suscitadas eram de natureza técnica, tendo solicitado à Diretora do Departamento que prestasse os esclarecimentos considerados necessários. Salientou ainda que a contratação externa não representa um desinvestimento nos recursos humanos do Município, recordando que o Executivo tem promovido o recrutamento de trabalhadores em diversas áreas. Referiu, contudo, que, face às necessidades existentes e à impossibilidade de assegurar internamente, no curto prazo, todos os serviços prestados nas Piscinas Municipais e na atividade desportiva municipal, se justificava o recurso à prestação de serviços. Esclareceu ainda que a ratificação do despacho resultou da necessidade de cumprir os prazos inerentes ao concurso público internacional, permitindo assegurar a continuidade do serviço sem interrupções. --

A Sr.^a Diretora de Departamento Administrativo e Financeiro, Dr.^a Sara Mendes prestou os esclarecimentos de natureza técnica suscitados durante a discussão, explicando que as especificações técnicas do procedimento são definidas pelos serviços da área do Desporto, cabendo ao Serviço de Contratação Pública a instrução do procedimento. Relativamente ao critério de adjudicação, referiu que foi adotado o critério do preço como único fator de avaliação, por considerar que, neste tipo de prestação de serviços, a utilização de critérios multifactores tem suscitado reservas por parte do Tribunal de Contas quanto à sua objetividade. Acrescentou que a qualidade técnica dos serviços é assegurada através das exigências constantes das peças do procedimento, nomeadamente quanto à qualificação e formação dos técnicos afetos à execução do contrato. Quanto à opção de não dividir o procedimento em lotes, esclareceu que tal não seria funcional nem adequado à natureza integrada dos serviços prestados nas Piscinas Municipais e restantes atividades desportivas, podendo comprometer a organização e a continuidade do serviço. No que respeita ao recurso à prestação de serviços, salientou tratar-se de uma atividade com horários muito alargados, incluindo fins de semana e período de verão, cuja execução é difícil de assegurar exclusivamente com trabalhadores municipais, razão pela qual o modelo atualmente adotado tem permitido garantir a

continuidade e o bom funcionamento do serviço. Esclareceu ainda que a composição do júri integra técnicos da área funcional e da contratação pública, sendo o gestor do contrato o técnico responsável pelo acompanhamento da execução, não existindo qualquer incompatibilidade legal na acumulação dessas funções. Relativamente à duração do contrato, explicou que foi prevista a celebração por um ano, com possibilidade de renovação por igual período, permitindo ao Município avaliar a qualidade da execução antes de decidir pela renovação ou pela abertura de um novo procedimento. Por fim, esclareceu que a ratificação do despacho se justificou pela necessidade de cumprir os prazos do concurso público internacional e assegurar que o procedimento ficasse concluído atempadamente, evitando qualquer interrupção na prestação dos serviços no início da nova época desportiva. -----

A Sr.ª Vice-Presidente reconheceu que o procedimento poderia ter sido iniciado mais cedo, explicando, contudo, que a sua tramitação foi condicionada pela elevada carga de trabalho dos serviços, envolvidos simultaneamente em diversos procedimentos complexos. Salientou que, tratando-se de um concurso público internacional, sujeito a publicação no Diário da República, existiam prazos legais que tinham de ser rigorosamente cumpridos, sendo necessário assegurar que o novo contrato estivesse em vigor antes do início da nova época desportiva. -----

O Sr. Vereador António Marçal afirmou compreender a necessidade de garantir a continuidade do serviço, mas reiterou que a fundamentação da urgência deveria constar expressamente da proposta, permitindo aos membros do Executivo conhecer as razões que justificaram o recurso ao despacho de ratificação. -----

A Sr.ª Vice-Presidente referiu que o recurso à ratificação não traduz qualquer desvalorização do papel da Câmara Municipal, mas antes a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços em situações em que os prazos procedimentais assim o exigem. Acrescentou que o elevado volume de processos em curso condiciona a capacidade de resposta dos serviços, apelando à compreensão dos membros do Executivo relativamente a estas circunstâncias. -----

A Sr.ª Vice-Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente relativamente à abertura do procedimento concursal n.º 04/26 - Prestação de Serviços nas Piscinas Municipais da Lousã e Atividades Desportivas Municipais, pelo período de 12 meses -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com dois votos contra do PS, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente relativamente à abertura do procedimento concursal n.º 04/26 - Prestação de Serviços nas Piscinas Municipais da Lousã e Atividades Desportivas Municipais, pelo período de 12 meses (Doc. 3 (três)) -----

2.3. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL, SAÚDE, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE -----

2.3.1. Proposta de atribuição de Apoio Financeiro à ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã no montante de 1.000,00 € destinado à realização das Colónias de Férias de Verão do ano de 2026; -----

A Sr.ª. Vice-Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de Apoio Financeiro à ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã no montante de 1.000,00 € destinado à realização das Colónias de Férias de Verão do ano de 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de Apoio Financeiro à ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã no montante de 1.000,00 € destinado à realização das Colónias de Férias de Verão do ano de 2026 (Doc. 4 (quatro)) -----

2.3.2. Proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 237238683; -----

A Sr.ª. Vice-Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 237238683; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 237238683 (Doc. 4 (quatro)) -----

2.3.3. Proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de

abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 176602771; -----

A Sr.ª. Vice-Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 176602771; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de tarifa social, relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, ao consumidor com o NIF 176602771 (Doc. 5 (cinco)) -----

2.3.4. Proposta de apoio financeiro no montante de 2.750,00 € à Louzanimales – Associação pelos Animais da Lousã no âmbito da Minuta de Protocolo de Colaboração; -----

A Sr.ª. Vice-Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de apoio financeiro no montante de 2.750,00 € à Louzanimales – Associação pelos Animais da Lousã no âmbito da Minuta de Protocolo de Colaboração; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de apoio financeiro no montante de 2.750,00 € à Louzanimales – Associação pelos Animais da Lousã no âmbito da Minuta de Protocolo de Colaboração (Doc. 6 (seis)) -----

2.3.5. Proposta de atribuição de um apoio financeiro de 6.000,00 € ao Lousã Volley Clube, destinado a apoiar a realização do Torneio XXV Summer Cup 2026; -----

A Sr.ª. Vice-Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de um apoio financeiro de 6.000,00 € ao Lousã Volley Clube, destinado a apoiar a realização do Torneio XXV Summer Cup 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de um apoio financeiro de 6.000,00 € ao Lousã Volley Clube, destinado a apoiar a realização do Torneio XXV Summer Cup 2026 (Doc. 7 (sete)) -----

2.3.6. Voto de Reconhecimento a Ana Morais; -----

A Sr.ª. Vice-Presidente da Câmara colocou à votação o Voto de Reconhecimento a Ana Morais pelos resultados alcançados ao longo da época desportiva 2025/2026 no Campeonato Nacional de Veteranos em Pista ao Ar livre. -----

AMS
Ø

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Voto de Reconhecimento a Ana Morais pelos resultados alcançados ao longo da época desportiva 2025/2026 no Campeonato Nacional de Veteranos em Pista ao Ar livre (Doc. 8 (oito)) -----

2.3.7. Voto de Reconhecimento aos atletas Guilherme Dias e Maria Inês Cortês da Secção de Judo do Montanha Clube; -----

A Sr.^a Vice-Presidente da Câmara colocou à votação o Voto de Reconhecimento aos atletas Guilherme Dias e Maria Inês Cortês da Secção de Judo do Montanha Clube pelos resultados alcançados no Open de Juvenis e Open de Cadetes, realizados em Coimbra; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o Voto de Reconhecimento aos atletas Guilherme Dias e Maria Inês Cortês da Secção de Judo do Montanha Clube pelos resultados alcançados no Open de Juvenis e Open de Cadetes, realizados em Coimbra (Doc. 9 (nove)) -----

2.3.8. Proposta de designação da Técnica Superior Susana Raquel Tomás da Silva como Coordenadora Técnica do CLDS 5G Lousã — Operação “Lousã + Social” — PESSOAS-FSE+ -01563900º. -----

A Sr.^a Vice-Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de designação da Técnica Superior Susana Raquel Tomás da Silva como Coordenadora Técnica do CLDS 5G Lousã — Operação “Lousã + Social” — PESSOAS-FSE+ -01563900º. --

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de designação da Técnica Superior Susana Raquel Tomás da Silva como Coordenadora Técnica do CLDS 5G Lousã — Operação “Lousã + Social” — PESSOAS-FSE+ -01563900º (Doc. 10 (dez)) -----

2.4. FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL -----

2.4.1. Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP 2.0) da Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP2.0) da Lousã; -----

O Sr. Vereador António Marçal informou que o seu grupo municipal votaria favoravelmente a proposta, por considerar importante aproveitar todos os mecanismos de financiamento disponíveis que possam apoiar o Município. Contudo, referiu subsistirem algumas dúvidas relativamente à concretização da operação, salientando que o montante disponível não será suficiente para responder a todas



as necessidades existentes, o que obrigará à definição de prioridades de intervenção. Questionou, por isso, quais os critérios adotados para essa priorização e quais as áreas que serão efetivamente abrangidas. Manifestou ainda preocupação com o reduzido prazo previsto para a execução física e financeira das operações, considerando-o muito exigente. Referiu que, de acordo com a experiência partilhada por outros autarcas de territórios igualmente afetados pelos incêndios, existe uma escassez generalizada de empresas e de mão de obra especializada, o que poderá comprometer a concretização dos trabalhos dentro dos prazos estabelecidos. Questionou igualmente se existe o risco de algumas intervenções poderem vir a ser excluídas por motivos de natureza económica, o que poderia desvirtuar os objetivos do programa e deixar áreas intervencionadas apenas parcialmente, agravando, em alguns casos, a situação existente. Acrescentou que esta questão se relaciona também com a valorização dos materiais e com a forma como será efetuada a sua gestão. Abordou ainda a articulação entre o Município e os proprietários privados, e questionou se o atual enquadramento legal confere à Câmara Municipal instrumentos suficientes para intervir quando os proprietários não executam os trabalhos necessários ou não se pronunciam sobre as intervenções previstas. Perguntou também de que forma esta operação será articulada com os restantes instrumentos municipais de gestão florestal e de defesa da floresta, designadamente com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e com as estruturas municipais existentes na área florestal. Por último perguntou se a intenção do Executivo é que esta iniciativa constitua um ponto de partida para uma política municipal mais ampla de recuperação e valorização da paisagem, ou se, pelo contrário, se trata apenas de uma resposta excecional às consequências dos incêndios recentes. -----

A Sr.ª Vice-Presidente esclareceu que este instrumento de financiamento constitui uma oportunidade importante para o Município, sendo positivo que tenha sido criado e esteja disponível. Relativamente à calendarização da execução, reconheceu que os prazos são muito exigentes e partilhou das preocupações manifestadas. Referiu que todas essas questões serão devidamente acauteladas no âmbito da candidatura, atualmente em fase de preparação. Explicou que nem todos os proprietários serão elegíveis, uma vez que a candidatura exige uma determinada percentagem de danos nas parcelas. Acrescentou que poderão existir situações em que apenas parte de

APS

uma propriedade reúna as condições de elegibilidade, circunstância que dificulta a operacionalização dos trabalhos e reduz o interesse dos operadores económicos em intervir, sobretudo atendendo à dispersão geográfica das áreas abrangidas. Acrescentou que esta realidade poderá obrigar à criação de mais do que um parque de deposição dos materiais resultantes das intervenções. Posteriormente, esses materiais serão valorizados, embora reconheça que o mercado da madeira atravessa atualmente um período pouco favorável, pelo que a sua valorização económica poderá não ser a melhor. Ainda assim, sublinhou que o principal objetivo da operação é a remoção da carga combustível existente no solo, salientando que, apesar da ocorrência dos incêndios, subsistem áreas críticas que exigem intervenção para prevenir novos riscos. Informou que o Município se encontra na fase de elaboração da candidatura, a qual será concluída com a maior brevidade possível, destacando o empenho da equipa técnica da Divisão de Florestas. Dirigiu, por isso, uma palavra de reconhecimento e agradecimento aos técnicos, salientando o elevado esforço e dedicação que têm demonstrado na preparação deste e de outros processos. Afirmou que esta iniciativa deve ser entendida como um ponto de partida para uma intervenção mais estruturada na gestão da paisagem. Referiu, contudo, que a gestão da propriedade privada continua a constituir um dos principais constrangimentos, uma vez que os municípios não dispõem dos instrumentos legais necessários para assegurar uma intervenção mais eficaz e abrangente sobre o território, nem essa competência integra diretamente as suas atribuições. Acrescentou que será importante acompanhar a implementação deste instrumento, considerando que poderá contribuir para demonstrar aos proprietários as vantagens da adoção de modelos de gestão integrada do território. Por fim, informou que uma das questões colocadas não poderia ainda ser respondida, por a candidatura se encontrar em fase de instrução. Comprometeu-se, no entanto, a facultar essa informação logo que o processo esteja concluído, permitindo o respetivo acompanhamento. -----

A Sr.^a Vice-Presidente da Câmara colocou à votação a Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP 2.0) DA Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP2.0) da Lousã. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP 2.0) DA Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP2.0) da Lousã (Doc. 10 (dez)) -----

Aprovação em minuta -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. -----

Nada mais havendo a tratar, pelas 12 horas, o Senhora Vice-Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por mim Dina Campos, na qualidade de Secretária. -----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal,

Ante a falta de mais nada, encerra.

A Secretária,

Dina Campos